



Número: **0028924-86.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 19ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **28/06/2020**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO VIEIRA DA SILVA NETO (AUTOR)		ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS (ADVOGADO) CARLA ROCHA LEMOS (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
CLAUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
69179154	07/10/2020 17:09	Sentença	Sentença



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção A da 19ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810331

Processo nº **0028924-86.2020.8.17.2001**

AUTOR: JOAO VIEIRA DA SILVA NETO

REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

SENTENÇA

Vistos etc.

1. **JOÃO VIEIRA DA SILVA NETO**, devidamente representado por procurador constituído nos autos, propôs **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** em face da **MAPFREVERA CRUZ SEGURADORA S/A e da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, objetivando o pagamento da indenização securitária que entende devida.
2. Alega o demandante que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em **17/09/2016**, do qual teria resultado “**DEBILIDADE PERMANENTE, devido à fratura em antebraço esquerdo**”, reportando-se a boletim de ocorrência e a atestado/laudo médico acostados aos autos, informando ainda que, em sede administrativa, lhe foi negado qualquer pagamento, mas que faria jus ao teto indenizatório para o segmento de **R\$ 9.450,00**.
3. Antes mesmo de implementada a citação, as seguradoras demandadas apresentaram contestação de ID nº **63234824**, alegando, preliminarmente, **prescrição**, considerando como data limite para o ajuizamento o dia 10/02/2020. No mérito, alega que o sinistro noticiado nos autos teria sido objeto de processo administrativo, porém, da análise dos documentos apresentados, teria restado demonstrado que a debilidade suportada pelo demandante não seria passível de indenização por não ser permanente, e que eventual pagamento deve se dar de forma proporcional à lesão, nos termos da lei. No mais, ressalta a ausência de laudo do IML, documento que alega que seria imprescindível.
4. A parte demandante apresentou réplica de ID 67234690 e foi submetida a exame médico que resultou no laudo de verificação e quantificação de lesão permanente de ID nº 67245600.
5. Na sequência, a parte ré apresentou impugnação à perícia médica, sob a alegação genérica de que não seria possível atestar uma piora no quadro do autor com todos os tratamentos médicos disponíveis, no mais reforçou o argumento da prescrição já trazido em peça contestatória (ID 68811305).
6. É o relatório. Passo a decidir.
7. Primeiramente, no que diz respeito à alegação da ré de que a data limite para interposição da ação pelo autor seria 10/02/2020, tendo havido, assim, a prescrição, esta não merece prosperar. Senão vejamos.
8. O autor afirma que foi vítima do acidente em 17/09/2016, tendo a ré informado que a abertura do pedido administrativo ocorreu em 23/02/2017 e a resposta negativa em 17/07/2017. Pois bem. Como sabido, não se pode confundir a data do acidente com a data em que a parte tomou ciência de sua debilidade permanente (Súmula 278, STJ), de modo que, não havendo notícia nos autos de quando teria se dado a ciência inequívoca, a data que se pode utilizar como termo inicial para contagem do prazo é apenas a da abertura do procedimento administrativo, qual seja 23/02/2017.



9. Tomando-se por referência esta data e considerando devida a suspensão do prazo prescricional até a resposta administrativa da Seguradora, o que se deu em 17/07/2017, conclui-se que a data limite para a interposição da ação dentro do prazo prescricional de 3 anos seria 16/07/2020, e não 10/02/2020 como sustentam as demandadas.

10. Em sendo assim, tendo a presente ação sido distribuída em 28/06/2020, ou seja, dentro do prazo prescricional, **REJEITO a preliminar de prescrição.**

11. Quanto a ausência de laudo do IML, é sabido que para fazer jus à indenização, nos termos da Lei nº 6194/74, basta que a parte comprove sua invalidez permanente, o que não precisa ser feito necessariamente por meio de laudo do IML, conforme entendimento do e. TJPE:

Ementa: RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO. DPVAT. COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A DEBILIDADE DO AUTOR E O ACIDENTE DE TRÂNSITO. LAUDO MÉDICO IDÔNEO. PRESCINDIBILIDADE DO LAUDO DO IML QUANDO APRESENTADO LAUDO MÉDICO IDÔNEO E CIRCUNSTANCIADO. PROPORCIONALIDADE DA INDENIZAÇÃO EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL. CONFIGURAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.1. O apelado demonstrou cabalmente haver sido vitimado por acidente motociclístico no dia 26 de abril de 2012, apresentando, em consequência disso, ferimentos na face medial do pé direito e na perna direita, conforme se depreende dos documentos de fls. 13/20 (Declaração de Atendimento do SAMU, Boletim de Pronto-Atendimento de Emergência e Urgência, Boletim de Ocorrência, Relatório Médico).2. O laudo do IML não é indispensável ao ajuizamento da lide, podendo ser substituído por laudo médico idôneo capaz de demonstrar o acidente acometido ao segurado, discriminando o grau das lesões sofridas. Precedentes.3. Necessidade de que a indenização seja fixada de forma proporcional, visto que a invalidez foi apenas parcial. 4. Agravo desprovido. Decisão unânime. (Agravo nº 380096-6 0084994-56.2013.8.17.0001, 6ª Câmara Cível, Tribunal de Justiça de PE, Relator: Evandro Sérgio Netto de Magalhães Melo, Julgado em:16/06/2015) (grifou-se)

12. Quanto à impugnação apresentada pelas rés em relação ao atestado pelo perito médico judicial, não assiste razão às partes, uma vez que o propósito da ação de cobrança do pagamento do seguro DPVAT fundamentado em negativa ou pagamento parcial é justamente contrapor o apurado na perícia realizada administrativamente com a alegação da parte de que sua debilidade teria sido permanente ou em grau superior. De modo que, tendo sido a impugnação formulada de forma genérica, sem consectário lógico e sem que tenha sido apontadas falhas no procedimento médico adotado pelo perito, o qual há anos realiza as perícias DPVAT deste Juízo e nunca teve seu método questionado, **REJEITO a impugnação apresentada.**

13. Assim, entendo que os elementos dos autos são suficientes para o deslinde da causa e julgamento antecipado da lide, porquanto a matéria nele ventilada é unicamente de direito, prescindindo de produção de outras provas para o seu deslinde e livre convencimento judicial, estando devidamente instruído com a prova documental acostada, de modo que se mostra autorizado o julgamento no processo no estado em que se encontra.

14. Em relação ao seguro DPVAT, vale destacar que a Lei nº 6.194/74, dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

15. O seguro DPVAT é obrigatório independentemente de eventual apuração de culpa, imposto a todos os que possuem veículos automotores de vias terrestres.

16. Para a parte autora fazer jus à indenização, nos termos da Lei nº 6194/74, basta comprovar sua invalidez permanente.

17. Em sendo assim, compulsando os autos, vejo que o acidente automobilístico envolvendo a parte autora ocorreu quando já estava em vigor a Lei nº 11.945/09, que alterou a Lei nº 6.194/74 acrescentando-lhe tabela para fins de cálculo da indenização devida em face de seguro obrigatório DPVAT.

18. Nesse caso, para definir o valor da indenização, é necessário analisar a extensão do dano causado, nos termos do art. 3º, § 1º, inciso II da Lei nº 6.194/74, que dispõe o seguinte:

Art. 3º - (...)

§ 1º (...)

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média



repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

19. De acordo com o LAUDO DE VERIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE LESÕES PERMANENTES, relativo aos exames médicos aos quais o demandante foi submetido quando da perícia médica judicial, foi constatada lesão de dano anatômico e/ou funcional permanente **no membro superior esquerdo (MSE) do demandante, sendo a lesão parcial incompleta com sequelas de repercussão residual (10%).**

20. A tabela de graduação da invalidez, implementada pela lei 11.945/2009, estabelece que, para o caso de dano que acarrete **debilidade permanente em MSE**, o percentual máximo de **75% de R\$ 13.500,00** (valor total fixado para o caso de invalidez permanente, conforme art. 3º, inciso II, da supracitada lei), ou seja, **R\$ 9.450,00**.

21. Ocorre que, no caso em apreço, o valor da indenização não pode ser o correspondente ao patamar máximo previsto, uma vez que se trata de lesão permanente parcial incompleta, resultando em perdas de repercussão **residual**, de modo que se aplica o percentual de **10%** sobre **R\$ 9.450,00**, o que resulta na importância de **R\$ 945,00**.

22. Esse tem sido o entendimento dos tribunais nacionais, a exemplo do v. Acórdão cuja Ementa adiante se segue transcrita, *in verbis*:

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74. A graduação da invalidez da vítima de acidente de trânsito foi introduzida pela Medida Provisória nº 451/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.945/2009. Assim, a graduação em comento é admitida tão-somente para os acidentes ocorridos a partir da entrada em vigor da referida Medida Provisória, ou seja, a partir de 16-12-2008. Caso em que o acidente ocorreu em data posterior à referida Medida Provisória, sendo necessária a graduação da invalidez. INDENIZAÇÃO DEVIDA. Hipótese em que a parte autora faz jus à indenização fixada na sentença, tendo em vista a lesão sofrida. Inteligência do artigo 3º, §1º, II, da Lei nº 6.194/74, com a redação conferida pela Lei nº 11.945/2009. Comprovada a incapacidade parcial incompleta da função manual, descabe a indenização no patamar máximo pretendido pela autora. NEGARAM PROVIMENTO À APELAÇÃO. (Apelação Cível Nº 70044924702, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 19/10/2011)

23. Ante o exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, bem como art. 3º, inciso II, e seu §1º, inciso II da lei n. 6.194/1974, resolvendo o mérito da ação, **JULGO PROCEDENTE, em parte**, o pedido inicial, e, por conseguinte, **CONDENO** a seguradora demandada a pagar o valor de **R\$ 945,00** (novecentos e quarenta e cinco reais), a título de indenização por invalidez permanente provocada por acidente de veículo automotor de via terrestre, a ser **corrigido pela tabela do ENCOGE, a partir da data do evento danoso** (Súmula 580 STJ), e **acrescida de juros moratórios de 1% ao mês, a partir da juntada da contestação (27/08/2020)**, apresentada de forma espontânea pelas rés.

24. No mais, em face da **SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA** e em consonância com o disposto nos artigos 82, §2º, 84, 85, §14, e 86, todos do CPC, **as custas processuais serão suportadas à razão de 10% (dez por cento) pela RÉ**, ficando a obrigação de pagamento do restante pela parte autora suspensa ante o deferimento dos benefícios da justiça gratuita.

25. Com relação aos honorários advocatícios, com base no art. 85, §2º, do CPC, **CONDENO** a parte **DEMANDADA** ao pagamento de **10% do valor da condenação**, a título de honorários sucumbenciais, ao causídico da parte demandante; e a parte **DEMANDANTE** ao pagamento de **10% do valor da causa abatido do valor da condenação**, a título de honorários sucumbenciais, ao causídico da parte demandada, ficando, entretanto, a obrigação de pagar da parte AUTORA **SUSPENSAS** nos termos da lei, ante o deferimento dos benefícios da justiça gratuita.

26. Por fim, ante o **depósito judicial** realizado conforme guia de **ID nº 68222891**, **DETERMINO** a **EXPEDIÇÃO** de **ALVARÁ**, a título de honorários periciais, no valor de **R\$ 300,00** (trezentos reais), com as devidas atualizações, em favor do Dr. **Claudio da Cunha Cavalcanti Neto, CRM-PE 14043**.

27. Intimem-se, cumpra-se e, com o trânsito em julgado, em nada mais sendo requerido e em não havendo mais nada a ser cumprido, arquivem-se.

28. Interposto eventual recurso de apelação, **INTIME-SE** a parte APELADA para, no prazo de **15 (quinze) dias**, **CONTRARRAZOAR** a apelação apresentada. Apresentadas as **CONTRARRAZÕES**, ou aposta **CERTIDÃO** caso **NÃO** sejam ofertadas, e em não sendo apresentada apelação adesiva, **REMETAM-SE** os **AUTOS** ao **TRIBUNAL DE**



JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, nos termos do art. 1010, §3º do CPC.

Recife/PE, 7 de outubro de 2020.

JOSE RONEMBERG TRAVASSOS DA SILVA

Juiz de Direito

